

“TENHO CUIDADO MAIS DOS OUTROS DO QUE DE MIM”: MÃES SOLO E TRABALHO A PARTIR DA VIVÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19

“I HAVE TAKEN CARE OF OTHERS MORE THAN MYSELF”: SOLE MOTHERS AND WORK FROM THE EXPERIENCE OF THE COVID-19 PANDEMIC

“HE CUIDADO MÁS A LOS DEMÁS QUE A MÍ MISMA”: MADRES SOLAS Y TRABAJO DESDE LA EXPERIENCIA DE LA PANDEMIA DE COVID-19

Juliana Lazzaretti Segat

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Bolsista CAPES. E-mail: julianalsegat@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2531-3890>

Karina Rangel Gautério

Psicóloga graduada pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: karinagauterio@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5023-5954>

Ritiele Machado Prestes

Psicóloga graduada pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: ritiele22prestes@gmail.com

Giovana Fagundes Luczinski

Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Adjunta do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: giovana.luczinski@gmail.com; giovana.fagundes@ufrj.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8318-8157>

Camila Peixoto Farias

Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Adjunta do curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: pfcamila@hotmail.com Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3442-5512>

ABSTRACT:

Abstract: The COVID-19 pandemic exacerbated gender inequalities and the care crisis, impacting women at different intensities based on their intersections. This article analyzes the experiences of 91 self-employed workers and single mothers, a subset of the research project “Now it’s their turn: the COVID-19 pandemic told by women”. The objective is to investigate these women's narratives regarding their daily lives during the initial period of the health crisis. This is a qualitative study with methodological triangulation anchored in psychological knowledge, intersectional analysis, and a critical reading of historical intersections. The analysis of the narratives was conducted in articulation with theoretical productions grounded in Feminist Theories on the sexual division of labor, the social construction of motherhood, women's subjectivation processes, care, and self-employment. The results identify three central categories: self-care versus care for others; household care; and financial support. The narratives indicate severe physical and psychological overload, reinforcing the urgency of debates on the feminization of care and the democratization of social policies.

KEYWORDS: Solo mothers; self-employment; COVID-19 pandemic; care.

RESUMO:

A pandemia de COVID-19 exacerbou as desigualdades de gênero e a crise do cuidado, impactando mulheres em diferentes intensidades a partir de seus atravessamentos. Este artigo analisa as vivências de 91 trabalhadoras autônomas e mães solo, recorte da pesquisa “Agora é que são elas: a pandemia de COVID-19 contada por mulheres”. O objetivo é investigar as narrativas dessas mulheres sobre seu cotidiano no período inicial da crise sanitária. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com uma triangulação metodológica que se ancora em saberes da psicologia, na análise interseccional e em uma leitura crítica dos atravessamentos históricos. A análise das narrativas foi feita em articulação com produções teóricas alicerçadas nas Teorias Feministas sobre divisão sexual do trabalho, construção social da maternidade, processos de subjetivação de mulheres, cuidado e trabalho autônomo. Os resultados identificam três categorias centrais: cuidado de si versus cuidado do outro; cuidado da casa; e sustento financeiro. As narrativas indicam severa sobrecarga física e psíquica, reforçando a urgência de debates sobre a feminização do cuidado e a democratização de políticas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Mães solo; trabalho autônomo; pandemia de Covid-19; cuidado.

RESUMEN:

La pandemia de COVID-19 exacerbó las desigualdades de género y la crisis del cuidado, impactando a las mujeres en diferentes intensidades a partir de sus interseccionalidades. Este artículo analiza las vivencias de 91 trabajadoras autónomas y madres solteras, un recorte de la investigación “Ahora les toca a ellas: la pandemia de COVID-19 contada por mujeres”. El objetivo es investigar las narrativas de estas mujeres sobre su cotidiano en el periodo inicial de la crisis sanitaria. Se trata de una investigación cualitativa con una triangulación metodológica que se ancla en saberes de la psicología, en el análisis interseccional y en una lectura crítica de los atravesamientos históricos. El análisis de las narrativas se realizó en articulación con producciones teóricas fundamentadas en las Teorías Feministas sobre la división sexual del

trabajo, la construcción social de la maternidad, los procesos de subjetivación de las mujeres, el cuidado y el trabajo autónomo. Los resultados identifican tres categorías centrales: el cuidado de sí misma frente al cuidado del otro; el cuidado del hogar; y el sustento financiero. Las narrativas indican una severa sobrecarga física y psíquica, reforzando la urgencia de debates sobre la feminización del cuidado y la democratización de las políticas sociales.

PALABRAS CLAVE: Madres solas; trabajo autónomo; pandemia de COVID-19; cuidado.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge por meio da análise dos dados obtidos através da pesquisa “Agora é que são elas: a pandemia de COVID-19 contada por mulheres”, realizada no curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Trata-se de uma construção colaborativa entre o Pulsional – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicanálise, o Laboratório de Fenomenologia e Psicologia Existencial Epoché/Caleidoscópio (UFPel/UFRJ) e o grupo Marginália – Laboratório de Psicanálise e Estudos sobre o Contemporâneo (UFRJ). A pesquisa nasce a partir da preocupação com os impactos da pandemia de COVID-19 na vida das mulheres. A investigação se deu por meio de um questionário construído entre professoras e estudantes com o objetivo de mapear a experiência de mulheres no território brasileiro. Além disso, buscou proporcionar, ainda que minimamente, um espaço onde pudessem narrar como estavam sendo suas rotinas, medos, inseguranças e expectativas no cenário pandêmico.

Os resultados correspondem ao período inicial da pandemia, ainda nos primeiros meses, quando havia poucos estudos científicos acerca do vírus, sem qualquer vislumbre da possibilidade de vacina e sem um planejamento público de saúde eficaz. Para Sá, Miranda e Magalhães (2020), os primeiros meses pandêmicos revelaram não só um colapso em termos sanitários, mas também uma crise social, política e econômica, principalmente quando nos referimos às pessoas que já se encontravam em situações de vulnerabilidade. Uma vez que enfrentar uma situação de crise tão intensa exige um permanente e intenso trabalho psíquico por parte das pessoas, é preciso atentar a quais articulações de realidades externas elas estão submetidas. As desigualdades sociais que já estavam presentes no cotidiano brasileiro se intensificaram. Para Harvey (2020), naquele período inicial, a pandemia da COVID-19 já se mostrava como uma pandemia de classe, gênero e raça. De fato, no que se refere às mulheres, em diferentes níveis, a depender das intersecções entre distintos marcadores sociais, assistimos a uma intensificação das jornadas duplas e triplas ligadas ao trabalho doméstico e de cuidado e ao agravamento da violência doméstica.

Quanto ao trabalho de cuidado não remunerado (trabalho doméstico e com familiares), antes da pandemia, dados estatísticos já revelavam a desigualdade de gênero. No Brasil, em 2019, as mulheres dedicaram quase o dobro de tempo que os homens nesses afazeres: 21,4 horas contra

11 horas semanais (IBGE, 2020). Essa desigualdade se reflete em menor taxa de ocupação das mulheres, relativamente aos homens, diferença que se acentua em lares com crianças menores de 3 anos de idade, e, ainda mais, no caso de mulheres negras (IBGE, 2020). Na pandemia, a pesquisa realizada conjuntamente pelas organizações Gênero e Número e Sempre Viva Organização Feminista (2020), com dados coletados entre abril e maio de 2020, revelou que as mulheres passaram a cuidar mais, tanto de familiares (sobretudo filhos e idosos), como da casa. Por outro lado, 40% das mulheres participantes disseram que a pandemia e o isolamento colocaram em risco o sustento das suas casas (pagar contas, aluguel, acesso a alimentos e medicamentos), sendo a maior parte dessas (55%) mulheres negras.

Assim, se a construção sócio-histórica da maternidade já atribuía às mulheres, sobretudo mães, a responsabilidade pelas tarefas de cuidado com familiares e com o lar, isso se acentuou drasticamente após o início da COVID-19. Com isso, mulheres mães foram especialmente expostas à sobrecarga emocional e econômica. O cenário de isolamento social, fechamento das escolas e creches, instauração de práticas de *home office* e desaceleração da economia agravaram, assim, algo que já era conhecido: a vulnerabilidade entre mulheres mães, e, em especial, entre mães solo – únicas responsáveis pelo sustento da família e pelo cuidado dos/as filhos/as.

Em relação a estas, entre 2012 e 2022, o número de mães solo cresceu 17,8%, chegando a 11,3 milhões, dinâmica explicada predominantemente (90%) pelo aumento de mães solo negras (Feijó *apud* Mulatinho, 2023). Em 2022, entre as mais de 11 milhões de famílias brasileiras, 61,7% eram chefiadas por mulheres negras e 38,3% por não negras. Os arranjos familiares monoparentais com filhos chefiados por mulheres¹ são os mais vulneráveis, por terem as menores rendas de trabalho *per capita* (DIEESE, 2023). O acúmulo dos trabalhos produtivo e reprodutivo, para mães solo, tende a ser maior, bem como a dificuldade na inserção e permanência no mercado de trabalho, o que impacta diretamente na renda. Entre este público, são verificadas altas taxas de desemprego e desocupação (DIEESE, 2023). Em qualquer situação, os dados comprovam maior exposição a vulnerabilidades entre essas mulheres.

Ao considerar a situação de vínculo trabalhista, dados do Ipea relativos a 2020 revelaram que os/as autônomos/as foram as/os mais afetados pela crise econômica ocasionada pela pandemia, figurando como as/os que tiveram maior queda no rendimento naquele ano (Máximo, 2021). Trabalhadores/as autônomos/as são aqueles que trabalham por conta própria, prestando serviços habituais, ou não, a terceiros, sem vínculo empregatício (portanto, sem carteira de trabalho assinada). Podem exercer seu ofício na formalidade (com CNPJ) ou na informalidade

¹ Em pesquisas estatísticas, as mães solo são identificadas como mulheres chefes de famílias monoparentais com filhos. Família monoparental é aquela composta por um dos genitores, apenas. Neste artigo, faremos uso de ambos os termos.

(sem CNPJ). Se a vantagem desse trabalho está na flexibilidade e menor burocracia, as desvantagens dizem respeito à remuneração variável e à não garantia de direitos previstos na CLT, como 13º salário, férias remuneradas, FGTS e licenças parentais².

Diante disso, a vulnerabilidade a que geralmente mães solo estão expostas, foi intensificada pelas restrições impostas pela COVID-19, aumentando os desafios, sobretudo econômicos, para trabalhadoras autônomas durante o período pandêmico. No presente artigo, propomo-nos a fazer um recorte específico entre as quase seis mil participantes da pesquisa "Agora é que são elas": focar nas experiências de mulheres chefes de famílias monoparentais com filhos/as que, em nossa pesquisa, identificaram-se como trabalhadoras autônomas.

O objetivo dessa escolha é acessar as vivências dessas mulheres no período inicial da pandemia, para, a partir disso, refletir sobre dificuldades e desafios experienciados. Quando o isolamento teve início, muitos anunciaram o começo de um novo tempo, uma nova forma de viver o coletivo, um "novo normal". No entanto, as narrativas coletadas na presente pesquisa informam sobre opressões, dificuldades, complexidades e diferentes possibilidades de existência, relacionadas a estruturas sociais arraigadas em desigualdades interseccionais de gênero. Revisitar tais narrativas desse momento histórico, depois do encerramento da pandemia, permite-nos refletir sobre fenômenos como a divisão sexual do trabalho e a coletivização do cuidado, analisando suas modificações. Esses últimos são nosso ponto de partida para refletirmos sobre as maternidades solo e as realidades de trabalhadoras autônomas, em particular.

O artigo está estruturado em cinco seções. Após a introdução, apresentamos os caminhos metodológicos da pesquisa, seguido de uma incursão teórica que situa as temáticas que perpassam a investigação, tais como divisão sexual do trabalho, construção da maternidade, cuidado e trabalho autônomo. Na sequência, apresentamos os resultados e discussões articulando as narrativas das mães solo autônomas com os aspectos teóricos que permitem analisar e compreender com maior profundidade as suas experiências. Por fim, apresentamos as considerações finais, cientes das escolhas necessárias para reunir o material aqui exposto, diante da vasta quantidade de narrativas com as quais entramos em contato.

METODOLOGIA

A pesquisa "Agora é que são elas", dentro da qual se insere o recorte do presente estudo, foi elaborada a partir de um questionário *online*, divulgado nas redes sociais entre o período de 24 de maio de 2020 e 07 de junho de 2020. O instrumento tinha como objetivo acessar a realidade

² Quanto à licença maternidade, a trabalhadora autônoma só terá esse direito se contribuir como autônoma ao INSS.

de mulheres brasileiras no cenário pandêmico e as possíveis reverberações subjetivas desse contexto em suas vivências diárias. O estudo foi submetido e autorizado pelo Comitê de Ética da UFPel (CAAE: 31203220.3.0000.5317). O questionário trazia perguntas fechadas/objetivas (como gênero, raça, sexualidade, local de residência, renda, ocupação, se tinham filhos e/ ou cuidavam de filhos e familiares etc.), contendo também perguntas abertas de cunho subjetivo, que criavam um espaço livre para que as participantes pudessem contar suas experiências durante o desenrolar da pandemia. O objetivo era proporcionar um modo de partilha de sentimentos e reflexões, a fim de fomentar a construção de narrativas sobre si e sobre aquele contexto desafiador.

Quase seis mil mulheres aderiram à pesquisa. Dentre elas, 91 fazem parte da análise do recorte ora proposto, por terem respondido positivamente à pergunta “Você é a única responsável pelo cuidado do(s) seu(s) filho(s)?” e informado serem trabalhadoras autônomas. Para o presente trabalho, escolhemos três perguntas principais para orientar a discussão, sendo: i) Relate as principais transformações que a pandemia de COVID-19 causou na sua vida. ii) Quais estão sendo suas maiores dificuldades e seus maiores desafios frente à pandemia de COVID-19? iii) Você tem conseguido cuidar de si mesma? Se sim, como você tem feito isso? Se não, por quê? Como adiantado, as respostas abrem portas para reflexões sobre construções interseccionais de gênero e os desafios que estas construções impõem às mulheres mães, especialmente mães solo autônomas.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com uma triangulação metodológica que se ancora em saberes da psicologia, na análise interseccional e em uma leitura crítica dos atravessamentos históricos. Do ponto de vista epistemológico, demarcamos nossa inserção no âmbito dos saberes localizados, com as teóricas feministas do *standpoint*, comprometidas com o caráter político, social e cultural que se apresentam de maneira indissociável no processo de produção de conhecimento (Haraway, 1995). Sendo assim, as narrativas foram analisadas a partir de um trabalho de sistematização, construído no corpo a corpo com os dados analisados, após sucessivas leituras e pontos de contato que permitiram afetações e categorizações, conforme indicam Figueiredo e Minerbo (2006), buscando compreendê-las interpretativamente, isto é, identificando os múltiplos sentidos que atravessam os discursos das participantes do estudo.

Como mencionado, foram elencadas 3 perguntas dissertativas e todas as respostas a essas três perguntas constituíram o material de análise, totalizando, portanto, 273 narrativas (três respostas dissertativas de cada uma das 91 mulheres) para compor o recorte. As narrativas produzidas pelas respondentes foram lidas e relidas diversas vezes, viabilizando a redação de narrativas transferenciais (Aiello-Vaisberg *et al.*, 2009) registrando aquilo que as narrativas das participantes evocavam subjetivamente. Desse modo, as pesquisadoras incluíram no processo de

análise os afetos, bem como associações despertadas pelo encontro entre singularidade e teoria, algo imprescindível na produção de conhecimento situada. A partir daí, foi possível organizar o material de pesquisa em categorias que estariam atravessando o grupo de mulheres mães solo autônomas investigado, articuladas aos marcadores sociais de raça, classe e maternidade, entre outros.

Nessa perspectiva metodológica, a pesquisa não parte de uma amostra representativa, ou tem o objetivo de esgotar o tema, produzindo generalizações, mas visa complexificar discussões e apresentar possibilidades teórico-políticas, construindo uma análise ampliada que só é possível quando localizada (Haraway, 1995). Dessa forma, o rigor metodológico se constitui a partir da constatação da parcialidade inerente a toda e qualquer elaboração científica, ou seja, do reconhecimento da lente pela qual se analisa o fenômeno estudado, evidenciando suas intersecções.

Antes de estabelecermos a conversa com as respostas dadas pelas participantes, consideramos importante apresentar a base teórica que alicerça as análises dos resultados. Afinal, quando refletimos sobre maternidade, somos levadas a localizar este fenômeno socialmente, destacando os debates sobre divisão sexual do trabalho e o trabalho de cuidado.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MATERNIDADE E A NATURALIZAÇÃO DO CUIDADO: FACES DA MESMA MOEDA

A divisão sexual do trabalho é uma categoria utilizada para compreender a opressão das mulheres, podendo ser considerada o cerne do patriarcado (Biroli, 2018). Silvia Federici (2017) trata do tema, associando-o ao início do capitalismo. De acordo com a autora, a constituição e expansão desse sistema tiveram como base a criação dessa divisão, associada à subordinação de mulheres aos homens por meio da sua exclusão do trabalho remunerado e da exploração dos corpos femininos para a reprodução de mão de obra assalariada. Também fazem parte dessa base a escravização da população africana e as invasões das Américas (Federici, 2017).

Assim, o trabalho reprodutivo e a maternidade apresentam-se como ferramentas de exploração capitalista do corpo das mulheres (Federici, 2017). Com vistas à manutenção da exploração da classe proletária, o trabalho reprodutivo feminino é usado para a procriação de novos trabalhadores. Além disso, todo o trabalho necessário à manutenção da vida, realizado pelas mulheres, acaba explorado e, ainda assim, visto como um não trabalho.

O fortalecimento do capitalismo, em especial a partir do século XVIII, consolidou a divisão sexual das esferas pública e privada, naturalizando a primeira como espaço identitário masculino, do trabalho assalariado, e a segunda como espaço essencialmente feminino, em razão

da capacidade reprodutiva (Zanello, 2018). Isso levou a uma feminilização do cuidado, que colocou – e ainda coloca – as mulheres na posição de cuidadoras naturais.

Nesse cenário, o casamento cisheteronormativo era a instituição fundadora da família dita "tradicional". Embora saibamos que, na atualidade, os arranjos familiares são múltiplos – reconhecidos, inclusive, constitucionalmente –, não podemos ignorar a existência de uma hierarquização, fruto de construções sociais desiguais nas relações de poder entre os gêneros, cristalizadas ao longo de séculos, que colocam o modelo familiar composto por homem, mulher e filhos como ideal. Assim, na organização das relações entre os gêneros, especialmente, nas relações domésticas, esperava-se do marido a provisão do sustento, enquanto à esposa, cabiam a procriação e o cuidado da casa e dos filhos.

Zanello (2016) menciona que, com o avanço do capitalismo, para além da procriação, surgiu a necessidade de atentar para o fenômeno da mortalidade infantil. Desse modo, sobretudo a partir do século XX, foi se construindo um discurso biomédico e psicológico da "maternidade científica", que atribuía às mulheres a responsabilidade pela saúde física e pelo caráter dos filhos (Zanello, 2018; 2022). Portanto, a maternidade, nos moldes em que a conhecemos hoje, é uma construção resultante de uma série de resultados históricos, sociais e políticos, em nada naturais. Partindo dessa lógica, passamos a pensar na maternidade como um processo constituído a partir de um discurso biologizante que dissemina o mito do instinto materno. Nesse sentido, Haraway (2004) aponta para a existência de uma "ficção reguladora" que insiste na maternidade como natural e biológica, e na paternidade como cultural e inferida.

Zanello (2018) reflete, a partir dessa realidade, propondo o conceito de dispositivo materno. Este se caracteriza pela naturalização da capacidade de cuidar, decorrente da junção artificial dos trabalhos de procriar e maternar. A partir da eleição de uma diferença física (capacidade de procriar), criam-se e justificam-se papéis, locais sociais e tratamentos desiguais, sobretudo no tocante à atribuição das tarefas de cuidado (de pessoas e do lar) e à sua invisibilização/desvalorização. A autora afirma que o dispositivo materno atinge a todas as mulheres, com ou sem filhos, fazendo-as abandonar a si mesmas em função de uma disponibilidade de cuidado para com os outros. Ainda, segundo Zanello (2016), uma mulher que não prioriza o cuidado de outros (filhos, marido, família) é geralmente julgada como egoísta, entre outros termos que, no uso, adquirem caráter pejorativo.

É claro que esse dispositivo não atinge a todas da mesma forma, sobretudo quando pensamos a partir da raça e classe. Mulheres brancas são demandadas a esse trabalho de cuidado, porém, usufruem de privilégios. Devido à profunda desigualdade social, produto de uma sociedade escravocrata, mulheres negras são especialmente afetadas pela invisibilização do trabalho de cuidado e pela divisão do trabalho doméstico entre as próprias mulheres – por meio

da terceirização remunerada do cuidado (Zanello *et al.*, 2022). Contudo, é importante destacar que "quem mais usufrui de todos esses privilégios são os homens em geral, sobretudo brancos, pois deles não é demandado que se preocupem com essa questão" (Zanello *et al.*, 2022, p. 3).

Embora o dispositivo materno interpele a todas em alguma medida, sabemos, por meio de dados estatísticos, que mulheres com filhos em famílias monoparentais são as mais vulneráveis (DIEESE, 2023). Isso exigiria da sociedade um olhar cuidadoso sobre elas. No entanto, nas sociedades ocidentais orientadas por valores judaico-cristãos e cisheteronormativos, como a brasileira, o modelo familiar idealizado faz com que as mulheres que dele se afastem, exercendo essa tarefa solitariamente, por opção ou por abandono, sejam invisibilizadas e julgadas. Vistas pejorativamente como “mães solteiras”, muitas delas são culpabilizadas por vivenciarem esse arranjo familiar e relegadas à própria sorte, sem apoio afetivo e/ou financeiro.

Além disso, a presença de filhos, sobretudo pequenos, afeta as mulheres em sua inserção no mercado de trabalho, implicando na diminuição da probabilidade de participação, por um lado, e aumentando as chances de trabalho precarizado, parcialização da jornada e trabalho autônomo por outro (Guingiski; Wajnman, 2019). Isso não se verifica entre homens, cuja presença de filhos não apresenta relevância estatística para inserção no mercado de trabalho (Guingiski; Wajnman, 2019).

De acordo com Machado e Pinho Neto (2016), praticamente metade das mulheres se ausentaram do mercado de trabalho após o nascimento dos filhos. Outra pesquisa indica que cerca de 70% das mulheres com filhos enfrentaram dificuldades de recolocação devido ao intenso trabalho de cuidado com as crianças (Senado Federal, 2022). Isso é ainda mais alarmante quando nos referimos às mães solo, uma vez que, entre aquelas com filhos de até 5 anos, 32,4% estavam fora da força de trabalho formal e 10% estavam desempregadas (Mulatinho, 2023), representando, assim, um cenário de precariedade.

Desse modo, o cenário de trabalhos precários e desemprego faz com que mulheres, especialmente mães solo, busquem por alternativas onde possam conciliar o trabalho remunerado com o cuidado dos filhos e do ambiente doméstico, já que normalmente não têm rede de apoio, tampouco cônjuge, o "que faz com que a sobrecarga da maternidade recaia muito mais forte sobre as mães nestas condições" (Feijó, 2023b, s. p.). É o caso do trabalho autônomo-empREENDEDOR, alternativa encontrada como proposta de maior flexibilidade para abarcar as múltiplas jornadas das mulheres, em especial, as mães solo, e perpetuar a sua ausência do mercado de trabalho tradicional, que continua a dar mais possibilidades e oportunidades aos homens.

Quanto ao trabalho autônomo, Guingiski e Wajnman (2019) avaliam que sua escolha pode estar relacionada tanto a restrições enfrentadas e escassez de postos de trabalho no setor formal, como à preferência individual. De todo modo, as autoras ponderam:

[...] o gênero é variável-chave para entender o ingresso no trabalho autônomo, pois as motivações são fundamentalmente distintas. Para os homens, a impossibilidade de encontrar emprego formal e assalariado faz com que sejam empurrados para o trabalho autônomo. Já para as mulheres, particularmente aquelas com filhos, o trabalho autônomo parece fazer parte de uma estratégia de equilíbrio entre as demandas do trabalho e da família, já que está bastante associado a jornadas mais curtas e permite maior flexibilidade do que o assalariamento. Esta flexibilidade tem suas desvantagens, como baixa qualidade do emprego, menor proteção social e menor remuneração, mas oferece uma opção viável de inserção da mulher no mercado de trabalho (Lee *et al.*, 2009 *apud* Guingiski; Wajnman, 2019, p. 19)

O trabalho autônomo, formal e informal, faz parte da realidade de muitas mães solo, inclusive participantes da nossa pesquisa. Assim, estas precisam lidar, a um só tempo, com a preocupação exclusiva com o sustento e cuidado da casa e dos filhos – muitas vezes, também de outros familiares, como no caso de parte significativa das participantes da nossa pesquisa (mais de 60%) –, assim como com as incertezas de uma remuneração variável e a falta de garantia de direitos trabalhistas.

Em um cenário de normalidade, isso já seria o suficiente para a vulnerabilização econômica, social e psíquica dessas mulheres. No entanto, no início de 2020, com a pandemia de Covid-19, isso se agravou. A necessidade de isolamento social como uma das formas prioritárias para conter o vírus levou, por um lado, ao fechamento de creches e escolas e instauração de aulas remotas, e, por outro, a uma desaceleração da economia que prejudicou especialmente os/as autônomos/as.

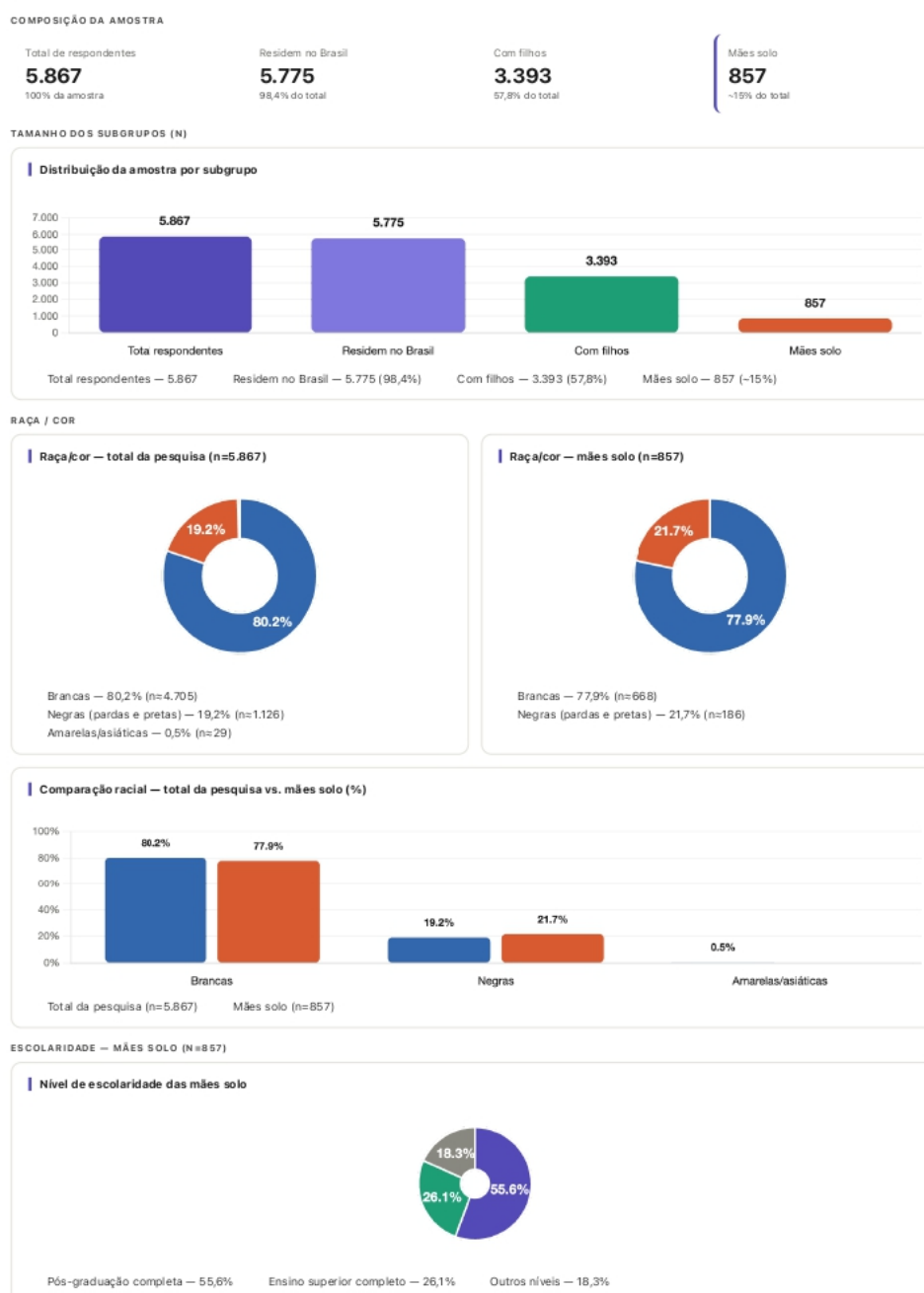
Com os filhos em casa durante 24 horas por dia, os desafios já corriqueiros para mães solo autônomas, como a conciliação entre trabalho e cuidado com a casa e com os filhos, se intensificaram. Essas dificuldades, que de alguma forma também acometiam mulheres em famílias com outros arranjos, também foram postas de maneira desigual. Algumas mães puderam continuar a trabalhar em *home office*, mas viram seu trabalho de cuidado exponenciado a partir do acréscimo de novas tarefas (como auxílio no ensino remoto e o trabalho doméstico, para aquelas que antes o terceirizavam). Outras mulheres mães, tiveram que encarar o desafio de continuar trabalhando fora para manter sua renda e, muitas vezes, não ter com quem deixar seus filhos, correndo, ainda, o risco de contaminá-los. Ainda, tantas outras tiveram demandas de trabalho reduzidas ou cessadas, tendo que encarar, além daqueles desafios, a falta de renda para o sustento da família (Zanello *et al.*, 2022).

Esses diferentes cenários foram identificados nas narrativas das mulheres que compõe o recorte discutido nesse artigo. Compreender suas nuances e atravessamentos faz parte daquilo a que nos propomos como modo de abrir e visibilizar debates mais amplos sobre a maternidade solo. Na próxima seção, apresentaremos as reflexões alcançadas através dos dados, fazendo uma articulação teórico-prática a partir do que nos contam as mulheres que vivenciaram essa situação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sendo o recorte de uma pesquisa maior, consideramos importante apresentar os dados gerais que compõem o banco de dados da investigação, na qual 5.867 mulheres responderam ao referido questionário on-line disparado no período pandêmico inicial. Dessas, 80,2% eram brancas, 19,2% eram negras (pardas e pretas), 0,5% eram amarelas/asiáticas. 5.775 residiam no Brasil, 3.393 informaram terem filhos e 857 informaram serem as únicas responsáveis pelo sustento da família e pelos cuidados com o(s)/a(s) filho/a(s). Ou seja, quase 15% das participantes da pesquisa geral eram chefes de famílias monoparentais (mães solo). Entre estas 857, 77,9% eram brancas e 21,7% eram negras (pretas e pardas). Quanto à escolaridade, 55,6% tinham pós-graduação completa e 26,1% tinham ensino superior. Apresentamos os dados sociodemográficos na imagem abaixo:

Figura 1 – Perfil geral da pesquisa



Fonte: As autoras (2026).

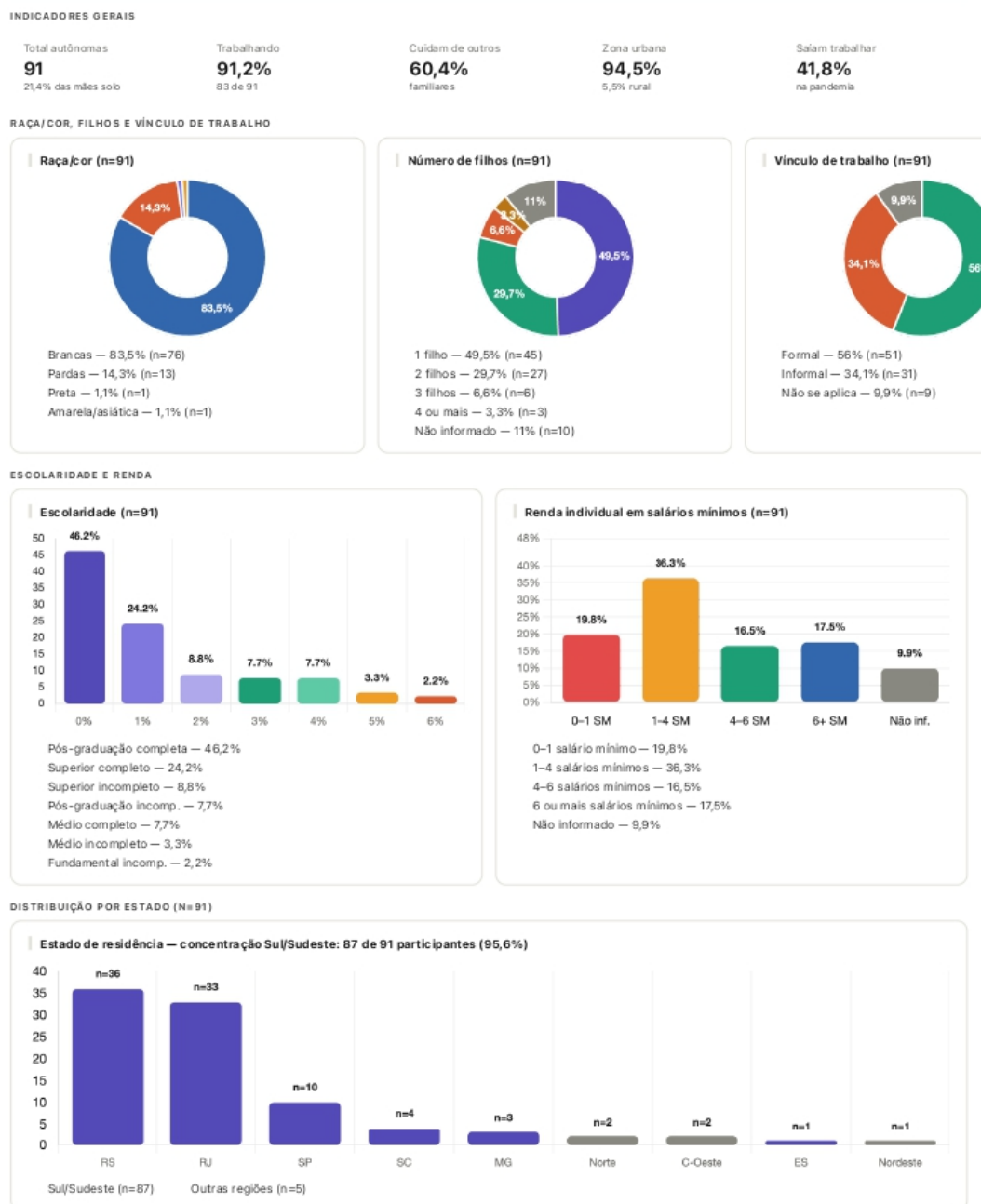
Entre as mães solo da pesquisa, 91 (21,4%) informaram serem trabalhadoras autônomas, sendo que 45 tinham 1 filho, 27 tinham 2 filhos, 6 tinham 3 filhos, 3 tinham 4 ou mais filhos. Relativamente ao perfil, neste recorte, há uma maioria de mulheres cis (95,7%) e heterossexuais (94,5%). Quanto à cor/raça, 76 (83,5%) eram brancas, 14 negras (15,4%) (13 – 14,3% – declararam-se pardas, 1 – 1,1% – declarou-se preta) e 1 (1,1%) declarou-se amarela/asiática. 83 (91,2%) estavam trabalhando, 7 não estavam e 1 havia sido demitida na pandemia. 38 (41,8%)

precisavam sair para trabalhar na pandemia e 51 (56%) não. 51 (56%) informaram que trabalhavam formalmente, 31 (34,1%) informalmente, e 9 (9,9%) informaram que tal classificação não se aplicava a elas. A grande maioria era moradora da zona urbana (94,5%; 5,5% na zona rural). 60,4% cuidavam de outros membros da família. Quanto à escolaridade, 46,2% tinham pós-graduação completa, 7,7% pós-graduação incompleta, 24,2% ensino superior completo, 8,8% superior incompleto, 7,7% ensino médio completo, 3,3% ensino médio incompleto e 2,2% ensino fundamental incompleto.

Relativamente à renda individual e familiar, o cenário era o seguinte: 19,8% das participantes tinham renda individual entre 0 e 1 salário-mínimo, 36,3% de 1 a 4 salários-mínimos, 16,5% de 4 a 6 salários-mínimos, 17,5% 6 ou mais salários-mínimos. A renda familiar seguiu proporções semelhantes. Verificamos pouca variação entre ambas as rendas. Em média, mais da metade tinha renda individual/familiar menor que 4 salários-mínimos (ou seja, uma maioria de mulheres pertencentes às classes média e baixa).

No tocante ao estado de residência, a maioria das mães solo autônomas moravam no Rio Grande do Sul (36), Rio de Janeiro (33), São Paulo (10), Santa Catarina (4), Minas Gerais (3) e Espírito Santo (1) – 87 delas concentradas, portanto, nas regiões sul e sudeste. Apenas 1 morava no Nordeste, 2 na região Norte, e 2 na região Centro-Oeste. De acordo com Feijó (2023a), as regiões Nordeste e Norte são as que apresentam maiores proporções de domicílios chefiados por mães solo, enquanto as menores são verificadas na região Sul. Desse modo, há uma disparidade em relação aos dados nacionais. Os principais dados sobre as mães solo autônomas podem ser encontrados na Figura 2, a seguir:

Figura 2 – Perfil das mães solo autônomas



Fonte: As autoras (2026).

Confirmando outras pesquisas sobre o exercício da maternidade solo na pandemia (Nascimento, Martins, 2022; Silva *et al.*, 2020; Marques, Almeida, 2023), a questão do cuidado – ou da sobrecarga física e mental a ele relacionada – sobressaiu nas narrativas. Mães solo autônomas enfrentaram jornadas duplas e triplas ainda mais rigorosas, consubstanciadas pelo cuidado de filhos/familiares, pelo cuidado da casa e pelo trabalho autônomo – ou sua falta/busca/diminuição – para sustento do lar. Somado a isso, houve uma questão nova em relação

ao que se vivia antes da Covid-19: o fechamento de creches e escolas levou mães solo a terem que assumir a tarefa não só de cuidar, mas de ensinar suas filhas/os, muitas vezes sem terem com quem compartilhar essa responsabilidade. Os dados coletados na pesquisa, submetidos a uma análise crítica e localizada, permitiram categorizar os relatos em três eixos principais: cuidado dos outros *versus* cuidado de si; cuidado doméstico; e, sustento financeiro. Devido às limitações de tamanho do presente artigo e diante da vasta quantidade de narrativas trabalhadas para a análise do recorte, elegemos as narrativas mais representativas dos aspectos que ganharam destaque para compor a discussão. Estas foram identificadas com o número da respondente mantendo o anonimato, mas trazendo a força e a literalidade de suas colocações.

CUIDADO DOS OUTROS *VERSUS* CUIDADO DE SI

A necessidade de complexificar a noção de cuidado e nomear suas nuances ficou evidente nas narrativas coletadas na pesquisa. Estas indicam não só a feminização da tarefa de cuidar de filhos/as e familiares, mas, também, o quanto a pandemia intensificou essa imposição. Ao responderem quais eram suas principais dificuldades e desafios no período, evidenciam-se os malabarismos e abdicções das mulheres para dar conta do cuidado dos outros:

Dificuldade de cuidar sozinha do filho de 5 anos sem nenhum momento de individualidade. Não poder dar aulas. Não poder ver amigos (Participante 359).

Manter meus pais idosos em casa, e convencê-los que precisam cuidar-se (Participante 5127).

Dar conta de casa, pai, filha e trabalho sozinha. (Participante 5183).

Escola dos filhos, deixar de trabalhar (Participante 1129).

[...] manter os filhos confinados em casa, criar atividades pra mantê-los ocupados além dos jogos de videogame e celulares e aulas online (Participante 1627).

Ficar com a minha filha sozinha em casa o tempo todo...entre outros. (Participante 5133).

O que seria, então, o trabalho de cuidado? Para Fisher e Tronto, o cuidado pode ser definido como:

uma atividade da própria espécie que inclui tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso “mundo” para que possamos viver nele da melhor maneira possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, e tudo em que procuramos intervir de forma complexa e auto-sustentável (Fisher e Tronto, 1990 *apud* Tronto, 2007, p. 287).

De acordo com essa visão, o cuidado teria quatro fases: “cuidar de, importar-se com, oferecer o cuidado e recebê-lo” (Tronto, 2007, p. 288). Nisso estaria implicado, então, o reconhecimento da interdependência entre todas e todos, da centralidade do cuidado como valor

democrático a ser compartilhado para um mundo justo e sustentável e, também, da necessidade do Estado assumir sua responsabilidade para que esse valor seja orientador das relações em sociedade. Todas e todos temos vulnerabilidades e necessitamos de cuidados, em alguma medida. Isso, aliás, ficou evidente no período da pandemia. No entanto, em um sistema capitalista, patriarcal e neoliberal, a lógica dominante não é esta, mas sim a do familismo. Neste, atribui-se à família a responsabilidade pelo bem-estar de seus membros e às mulheres, em específico, as atividades ligadas ao cuidado (Gesser, Zirbel, Luiz, 2022) – o que decorre, justamente, da naturalização do cuidado como atributo do feminino. A lógica imposta pelo familismo faz com que as mulheres não vivam as quatro fases do cuidado, uma vez que cuidam, se importam, o oferecem, mas não o recebem.

Como mencionado anteriormente, uma das questões do questionário da pesquisa convidava às seguintes reflexões: “Você tem conseguido cuidar de si mesma? Se sim, como você tem feito isso? Se não, por quê?” Compartilhamos os relatos a seguir:

Não, porque acabo procrastinando, academia, agenda e priorizando outras coisas no momento (Participante 1466).

Não... cuido dos outros e sem tempo para mim (Participante 3390).

Não como gostaria. Estou sem tempo (Participante 986).

Não muito porque cuidar da casa e sair pra trabalhar (ainda que menos), toma quase que o dia todo (Participante 1627).

Não. Porque todo meu tempo é voltado para cuidado da minha casa e auxílio a minha filha que está no puerpério além do cuidado com recém nascida. E o cansaço é mais do que a vontade de fazer qualquer outra coisa (Participante 1702).

Tenho cuidado mais dos outros do que a mim mesma (Participante 2485).

Não, muitas responsabilidades com os demais da família (Participante 5383).

Nos relatos percebemos que as participantes não conseguem cuidar de si mesmas, em função da sobrecarga gerada pelo cuidado direcionado às outras pessoas. Esse aspecto da abdicação de si, do tempo, da energia física e psíquica, em prol do cuidado dos outros pode ser pensado a partir do dispositivo materno (Zanello, 2018). A autora relata como o ideal de “mãe perfeita” é reforçado através da imagem de uma mulher que deve renunciar a suas próprias necessidades e desejos para atender as demandas dos outros. Como resultado, nota-se a produção de intenso sofrimento na vida das mulheres, que têm suas subjetividades soterradas e suas potencialidades aniquiladas. O ideal de “mãe” cuidadosa, natural e espontaneamente amorosa é internalizado de tal modo que não é incomum considerar o cuidado do outro como cuidado de si:

Sim. Cuidando da minha casa, da minha filha e dos meus pais. Revendo projetos. Me informando sobre a pandemia e futuro. Fiz pra todos nós em casa um mini protocolo para limpar narinas com soro, tomar água, spray de gengibre para garganta pela manhã e noite. Cuidados coletivos. Saio só para comprar comida. Se tem outro tipo de saída faço uma logística para sair uma vez na semana. Evitando ao máximo a exposição (Participante 3712).

Sim. Não tive muitas mudanças. Continuo responsável pelas contas, casa, filho, trabalho. A diferença é que vim pra casa da minha mãe, então agora é compartilhado, tanto cuidamos juntas de tudo isso, quanto nos cuidamos (Participante 2274).

Isso remete a uma colonização dos afetos (Zanella, 2018), por meio do qual mulheres são subjetivadas para se sentirem realizadas performando o cuidado do outro e, concomitantemente, culpadas por não conseguirem fazer o “suficiente”. A culpa, aliás, é sinal de que o dispositivo materno está funcionando e de que o ideal de “boa” mãe foi internalizado (Zanella, 2018). Neste ideal, ao tornar-se mãe, a mulher passa a existir somente em relação ao outro (filho, companheiro/a, familiares) (Zanella, 2018) – e isso é o que aparece nos relatos de cuidado com o outro e, muitas vezes, de abnegação de si.

Observamos, então, que essas mulheres ofereceram toda sorte de cuidados. Quase nenhuma, no entanto, mencionou sentir-se cuidada por alguém. Ou seja, dentro daquelas quatro fases expostas por Tronto (2007), a última – receber o cuidado – ficou em suspenso para grande parte dessas mulheres. O relato da participante 2274 (acima) é, nesse sentido, a um só tempo, excepcional e esperado: uma mãe sendo cuidada por e cuidando de sua própria mãe. O cuidado dos outros, contudo, não foi o único a sobrecarregar mulheres. Considerando a incidência da divisão sexual do trabalho em suas vidas, também continuou a recair sobre elas a tarefa de cuidar da casa, debatida a seguir.

CUIDAR DA CASA: TAREFAS DOMÉSTICAS E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO ENTRE MULHERES

Somadas ao cuidado de filhos/as e familiares, as narrativas também evidenciaram experiências de mães solo autônomas quanto às tarefas domésticas. Observamos, no entanto, que as narrativas diferem a depender de marcadores como raça, classe e escolaridade. O trabalho doméstico não foi tão marcante nas respostas quanto imaginávamos, o que, compreendemos, pode estar relacionado ao fato de que já eram tarefas atribuídas às mulheres antes da pandemia.

Em alguns casos, as tarefas domésticas aparecem como desafios acentuados devido à necessidade de maior conciliação entre cuidado de pessoas e trabalho:

Conciliar as demandas da minha casa e da minha filha com as da minha mãe. Administrar meus recursos para poder cumprir os compromissos financeiros - aluguel, contas (Participante 4073).

Conseguir seguir o cronograma que criei, procrastino muito e não estou rendendo. Fico muito tempo nas questões de casa e filho e ando deixando muito de lado o lado profissional (Participante 5485).

Lidar com a minha filha 24 horas por dia, acompanhando atividades escolares, cuidar da casa e cozinhar o tempo todo (Participante 307).

[...] Desafios: me sentir em paz, manter uma atmosfera amistosa no convívio com meu filho, dar conta das tarefas domésticas e do trabalho, dificuldade de concentração (Participante 2259).

Em outros casos, contudo, a necessidade de lidar com tarefas domésticas ligadas ao cuidado da casa foi trazida como transformação da rotina decorrente da pandemia:

Atendimentos online, dispensa de funcionária doméstica e funcionários do condomínio, o que acarreta um acúmulo de trabalho profissional, limpeza da casa e de áreas comuns do condomínio (Participante 5183).

Preocupação financeira, isolamento social causando angústia, tristeza, tive que dispensar faxineira (Participante 2097).

Entre o grupo de participantes que indicou como transformação a necessidade de assumir essas tarefas, encontramos mulheres brancas, todas com ensino superior completo, com rendas mais elevadas. Aqui, a sobrecarga inerente aos trabalhos domésticos aparece como uma questão posta pelo isolamento social, sobretudo para as mães solo autônomas que, antes da pandemia, tiveram a oportunidade de se dedicarem, de alguma forma, aos estudos e/ou à carreira profissional, assim possuindo maior renda. Essa realidade foi possível, muitas vezes, mediante a contratação de empregadas domésticas e babás. Isso nos leva a um ponto que se relaciona a diversidade do grupo pesquisado: no trabalho autônomo formal, podemos pensar em profissionais da medicina, psicologia, advocacia, contabilidade etc., que possuem nível de escolaridade elevado e remuneração maior e, por isso, maior probabilidade de reservas financeiras para momentos de crise. Ao mesmo tempo, no trabalho autônomo formal e informal podemos pensar, por exemplo, em pequenas empreendedoras (comércios, profissionais de salões de beleza, academias etc.) que tiveram que parar de trabalhar, fechar seus estabelecimentos ou encarar a paralisação ou brusca diminuição da demanda por serviços, sem reservas econômicas.

Também nesse ponto, para não cair em essencialismos, precisamos refletir criticamente sobre “a divisão sexual do trabalho doméstico *entre as próprias mulheres*” (Dorlin, 2021, p. 26, grifo no original). São mulheres negras e de classes populares que, majoritariamente, exercem trabalho reprodutivo ao mesmo tempo em que cuidam da casa, dos filhos e de outros familiares das mulheres de classes média e alta, em especial brancas. Por meio dessa dinâmica, essas últimas têm mais tempo para se dedicar a outros interesses, como a construção de uma carreira profissional, perpetuando-se, desse modo, um contexto de maior desigualdade.

Lélia Gonzalez traz importantes problematizações sobre isso. Para Gonzalez (2020), no Brasil, a herança escravocrata posiciona a mulher negra em três papéis estereotipados: da “mãe preta”, da “mulata” e da “empregada doméstica”. Estes estereótipos invisibilizam a resistência e a influência dessas mulheres na cultura brasileira. Também atuam em sua exclusão e opressão em diferentes espaços, sobretudo no mercado de trabalho. Como também, naturalizam essas

mulheres ora como cuidadoras, passivas, maternais, boas cozinheiras e habilidosas nas tarefas de limpeza, ora como objetos sexuais a serem explorados.

Considerando esses aspectos, o fato de essa questão não ter aparecido como transformação para a maioria das participantes é um provável indicativo de que, antes do período pandêmico, já eram responsáveis por esse trabalho – o que é reforçado por dados já mencionados neste artigo. Tudo isso aponta para a importância da articulação entre os marcadores de classe e raça para pensarmos as dificuldades vivenciadas. Esse ponto, portanto, nos permite refletir sobre a divisão sexual do trabalho doméstico entre as próprias mulheres, e sobre como as intersecções atuam de modo a vulnerabilizar mães solo, em especial negras que são a maioria no Brasil e que possuem os menores índices de renda e escolaridade (Feijó, 2023a).

Diante desses dois pontos – cuidado do outro e cuidado doméstico – é fundamental que não tomemos a maternidade e o dispositivo materno operando de forma única para todas. Há diferenças profundas na forma como a maternidade é exigida e vivenciada entre mulheres brancas e mulheres negras, de diferentes classes sociais. Como resultado de um processo histórico, sobre as mulheres negras recaem consequências profundas de um cuidado sem reciprocidade, sobretudo quando trabalham no cuidado dos outros, que pagam (precariamente) por seus serviços, sem poderem cuidar de suas próprias famílias (Zanella, 2018, p. 162).

Assim, quanto às mães solo autônomas, tanto no cuidado de pessoas, como no cuidado do lar, o período pandêmico pode nos proporcionar reflexões sobre familismo *versus* coletivização do cuidado (Gesser, Zirbel, Luiz, 2022). As mulheres pesquisadas relatam que a solidão dessas tarefas foi uma constante, evidenciando que o "novo normal" iniciado na pandemia, na verdade, era uma continuação atualizada da patriarcal organização social.

Embora as narrativas situem-se no período pandêmico, não estamos diante de uma novidade, tampouco de algo que deixou de ocorrer com o fim desse período. Pelo contrário, passados cinco anos, ainda presenciamos a forte feminização do cuidado. Além disso, temos testemunhado uma fortificação de discursos familistas e patriarcais, que reforçam o modelo da "família tradicional" (homem provedor, mulher cuidadora), produtos de uma polarização política e de uma guinada conservadora em escala global (Brown, 2019). Nesse contexto, mães em geral, em especial mães solo, sofreram e continuam a sofrer com diferentes formas de discriminação, das quais decorre, entre outros, a falta de oportunidades formais e estáveis para o sustento de suas famílias.

SUSTENTO FINANCEIRO

O debate acima abre espaço para entrarmos em questões de grande relevância quando tratamos de mães solo autônomas. Podemos observar diversos aspectos que impactam na

manutenção da saúde física e psicológica dessas mulheres gerando sofrimento psíquico, destacando-se a instabilidade financeira, ausência de benefícios sociais, como plano de saúde e seguro-desemprego, estresse, sobrecarga, isolamento social, bem como uma limitação de acesso a diversos outros recursos. Isso, por sua vez, torna-se uma preocupação constante, que pode ser observada de maneira significativa nas narrativas compartilhadas na pesquisa, como vemos a seguir:

[...] Falta de dinheiro por ser autônoma, minhas vendas caíram 10% (Participante 3657).
[...] Decisões por conta da diminuição de renda e sobrecarga (Participante 3026).
[...] Dificuldade total financeira, pois não tenho mais fonte de renda e o auxílio do governo espero a 2 meses (Participante 3456).
[...] Diminuição da renda familiar, pois sou autônoma, preocupações e estresse, principalmente com as pessoas mais idosas, entre outros (Participante 4180).

A pandemia e seus desdobramentos socioeconômicos colocaram o sustento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres em risco, aumentando ainda mais desigualdades interseccionais. Os relatos de algumas mulheres, autodeclaradas pardas ou pretas, na questão sobre dificuldades e desafios no período pandêmico mostram como foi preocupante manter alguma forma de moradia e segurança alimentar nesse período. Afinal, ter renda é um pilar fundamental numa sociedade capitalista:

Ter alimentos na minha casa, pagar minhas contas e meu maior desafio é me virar nesse caos pra trabalhar em casa e conseguir grana pra me manter e manter meus filhos. (Participante 406)
Sustento (Participante 2173).
Financeira (Participante 2087).
Ter a renda muito reduzida... (Participante 1627).
Trabalho- com dificuldades financeiras (Participante 1702).
Financeiro (Participante 3100).

Diferentemente das mulheres brancas que, mesmo interpeladas pelo dispositivo materno, geralmente têm o seu maternar protegido, as mulheres negras e pobres, devido a diversas violências estruturais, no limite, tem suas possibilidades de exercício da maternidade muito fragilizadas, seja pela precarização da moradia, alimentação e acesso à saúde ou pela violência do Estado que mata seus filhos.

Diante de tudo isso, embora o trabalho autônomo, ou o empreendedorismo, seja difundido e visto como uma alternativa emancipatória para as mulheres dentro do mercado de trabalho, ele apresenta discursos contraditórios em nossa sociedade. Se, por um lado, ele propaga a ideia de que as mulheres precisam ser donas de sua própria carreira e “chefes” de sua trajetória profissional, por outro, reforça a ideia de que nessa modalidade, as mulheres possuem maior flexibilidade para dar conta dos trabalhos que envolvem o cuidado dos filhos, da família e do

ambiente doméstico (Valente, 2018). Isso, por sua vez, retoma o ciclo de que as mulheres precisam renunciar a suas próprias subjetividades para realizar a manutenção da vida daqueles que estão ao seu redor. Essa dinâmica, por sua vez, acaba reproduzindo lógicas sociais que interferem diretamente nas condições de saúde e bem-estar de mulheres (Zanello, 2018).

Tudo isso, novamente, reforça o argumento quanto à existência de um sistema familista, no qual o Estado se desincumbe de seu papel social e atribui à família a responsabilidade pelo bem-estar e proteção de seus membros (Gesser, Zirbel, Luiz, 2022). E, dentro da lógica patriarcal, como vimos à exaustão, o cuidado da família e do lar é tarefa imposta às mulheres, por meio do dispositivo materno. Observamos, aqui, o ciclo se fechando: naturaliza-se o cuidado como atributo feminino; desvaloriza-se e invisibiliza-se esse trabalho; o Estado impõe às famílias as tarefas de cuidado de seus membros; mulheres, especialmente mães solo, são sobrecarregadas por essas tarefas, ante a falta de compartilhamento do cuidado e de políticas públicas preocupadas com essa realidade; assim, mantém-se um cenário de menos oportunidades para mulheres, em especial, mulheres mães, alavancarem suas rendas.

As reflexões deste tópico evidenciam as contradições de um sistema capitalista que captura, inclusive, discursos feministas. O empoderamento econômico é essencial para a independência feminina e isso é uma questão vital quando estamos diante de mães solo, que não têm opção senão criar maneiras de sustentar a si e a seus filhos. No entanto, em uma sociedade capitalista que naturaliza e explora o cuidado como atributo feminino, há uma precariedade de políticas sociais voltadas ao compartilhamento e democratização do cuidado – o que foi escancarado e acentuado pela pandemia nos atravessamentos de raça e classe implicados nesse cenário. Isso, por seu turno, leva mulheres a buscarem alternativas no trabalho autônomo, muitas vezes romantizadas sob a rubrica do empreendedorismo, própria do individualismo neoliberal. Ao mesmo tempo que o trabalho autônomo permite a flexibilização necessária ao exercício do cuidado, gera instabilidade e insegurança financeira, sobretudo em momentos de crise. O contexto evidencia, portanto, como diferentes matrizes de opressão operam de modo a atentar contra a dignidade humana das mães solo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida teve como objetivo analisar as narrativas de mulheres coletadas na pesquisa “Agora é que são elas”, analisando um recorte de mulheres mães solo trabalhadoras autônomas, acerca de suas experiências durante a pandemia de Covid-19. A partir dessas narrativas, nos propusemos a refletir de maneira ética e situada sobre como essas experiências atravessaram a vida dessas mulheres, incluindo reverberações do ponto de vista político,

histórico, social e cultural, em articulação com suas histórias de vida. Quando pontuamos que nossa pesquisa foi realizada de maneira situada, destacamos a importância da implicação e da subjetividade das pesquisadoras em meio ao contato com os dados da pesquisa, o que, de acordo com Haraway (1995), proporciona um rigor científico contra-hegemônico, rompendo com metodologias de pesquisa baseadas em amostragem ou controle de variáveis.

Nesse processo, foi possível observar um ponto em comum que proporcionou um elo entre a experiência coletiva de mulheres: a sobrecarga devido ao trabalho de cuidado, permeada por sua genereficação. Os relatos compartilhados deixam nítida a intensificação de vivências que já antecederam à pandemia de Covid-19, mas que ficaram veladas sob o manto de uma "capa afetiva" (Zanello, 2018). Foi possível refletir sobre como as questões relacionadas ao trabalho autônomo – muitas vezes escolhido por mulheres mães (ou imposto a elas) para ter maior flexibilidade frente às demandas contínuas do cuidado – se interseccionaram a diversos fatores. No cenário pandêmico, o fechamento das creches e escolas e o distanciamento da rede de apoio ou sua própria ausência, por exemplo, contribuíram para um agravamento do esgotamento físico e psicológico dessas mulheres, decorrente, sobretudo, da não coletivização dos trabalhos de cuidado.

Em um contexto de estresse, incerteza, medo e privações, que naturalmente exige maior energia física e emocional, esses relatos materializam o quão sobrecarregadas mães solo autônomas estavam nesse período. Mas não só nele. A partir de uma perspectiva crítica feminista, afirmamos que, historicamente, a sobrecarga das duplas e triplas jornadas vem se perpetuando, explorando, em diferentes níveis a depender da raça, da classe e outras intersecções, o trabalho reprodutivo de mulheres para a própria manutenção da vida social. Com a emergência de forças neoliberais e neoconservadoras na atualidade, que colocam sobre as famílias a responsabilidade pelos seus membros – o que, em uma sociedade patriarcal, recai sobre mulheres –, o cenário permanece crítico, sobretudo para mães solo. Ainda precisamos estar atentas, uma vez que, se por um lado, direitos vêm sendo conquistados e lutas visibilizadas (ainda que não o suficiente), por outro, aquelas forças se encorpam e nos mostram que a qualquer tempo o retrocesso pode acontecer.

Ainda, precisamos ressaltar que a realidade das mulheres participantes da pesquisa – temos mais respostas de mulheres brancas de classe média, com ensino superior e trabalhadoras formais – não retrata o contexto socioeconômico majoritário das mães solo no Brasil. É preciso localizar tais dimensões, uma vez que evidenciam que as respostas são atravessadas pelos marcadores de classe e raça. Um dos limites do questionário disparado foi a sua circulação *online*, questão compartilhada por inúmeras pesquisas desenvolvidas naquele contexto emergencial, sendo a única possibilidade de coletar dados de forma a respeitar as diretrizes mundiais de saúde

de isolamento social. Para que as mulheres pudessem acessá-lo era necessário dispor de internet e tempo para as reflexões propostas. Porém, considerando a realidade das mães solo no país, compreendemos a existência de obstáculos no acesso, inclusive a direitos básicos, havendo sua intensificação com a pandemia.

Diante disso, podemos ir além das narrativas e refletir: as participantes que conseguiram responder ao questionário e que mostraram suas dificuldades nesse período, mesmo passando por uma situação de pouco recursos, conseguiram expor suas realidades elucidando pontos que encaminham o debate para a continuidade desse tipo de pesquisa de modo a visibilizar as (im)possibilidades de existências e de maternidades atravessadas por diferentes construções e marcadores sociais. Foi possível traçar uma linha que nos convoca a refletir sobre os principais percalços das vivências das mães solo autônomas durante, mas não só, a pandemia de Covid-19: O cuidado de si *versus* o cuidado do outro; o cuidado da casa; e, o sustento financeiro. Em conjunto, tais aspectos nos permitem perceber que, por um caminho ou por outro, as mulheres têm, de fato, *cuidado mais dos outros do que de si*, mas que esse cuidado é vivenciado de maneira distinta quando associado a marcadores sociais específicos como gênero, raça, classe, entre outros.

Dessa forma, é preciso desnaturalizar a maternidade e o cuidado, passando a vê-los como pauta social e coletiva essencial à democracia e à sobrevivência. É urgente considerar tanto as desigualdades quanto às opressões que se interseccionam, para que possamos fomentar articulações políticas entre mulheres e pensar em uma experiência de maternagem com dignidade e direitos básicos assegurados.

REFERÊNCIAS

MÁXIMO, W. Trabalhadores autônomos foram mais prejudicados por pandemia em 2020. Agência Brasil, Brasília, 08 abr. 2021. Economia. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-04/trabalhadores-autonomos-foram-mais-prejudicados-por-pandemia-em-2020#:~:text=A%20crise%20econômica%20gerada%20pela,queda%20no%20rendimento%20e m%202020>. Acesso em 20 jun. 2024.

MULATINHO, C. P. Mães solo têm mais dificuldade de entrar no mercado de trabalho. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 14 mai. 2023. Direitos Humanos. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-05/maes-solo-tem-mais-dificuldade-de-entrar-no-mercado-de-trabalho#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20m%C3%A3es%20solo,mulheres%20no%20mercado%20de%20trabalho>. Acesso em: 19 jun. 2025.

AIELLO-VAISBERG, T. M. J.; MACHADO, M. C. L.; AYOUCHE, T.; CARON, R.; BEAUNE, D. Les récits transféranciels comme presentation du vécu clinique: une proposition

méthodologique. In: BEAUNE, D. (org.). *Psychanalyse, philosophie, art: dialogues*. Lille: L'Harmattan, 2009. p. 39-52.

BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

DIEESE. *As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho*. DIEESE: São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

DOLRIN, E. *Sexo, gênero e sexualidades: introdução à teoria feminista*. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FEIJÓ, J. Mães solo no mercado de trabalho. *Blog do IBRE*, São Paulo, 12 mai 2023a. Trabalho Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/maes-solo-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 13 jul. 2023.

FIGUEIREDO, L. C.; MINERBO, M. Pesquisa em psicanálise: algumas ideias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 39, n. 70, p. 257-278, 2006.

GÊNERO E NÚMERO; SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. *Sem parar: O trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. s/l: GN; SOF, 2020. Disponível em: https://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em 18 nov. 2023.

GESSER, M.; ZIRBEL, I.; LUIZ, K. G. Cuidado na dependência complexa de pessoas com deficiência: uma questão de justiça. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 30, n. 2, e86995, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n286995>. Acesso em: 22 jun. 2026.

GONZALEZ, L. *Por uma feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIGINSKI, J.; WAJNMAN, S. A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, [s. l.], v. 36, p. e0090, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0090>. Acesso em: 22 jun. 2026.

HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos de Covid19. In: DAVIS, M. *et al. Coronavírus e a luta de classes*. Brasil: Terra sem Amos, 2020. p. 13-24.

IBGE. Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. *Agência de Notícias IBGE*, Brasília, 04 jun. 2020. Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MACHADO, C.; PINHO NETO, V. R. The labor market consequences of maternity leave policies: evidence from Brazil. *Repositório FGV*, 2016. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/927d5bd3-21d5-4ad1-bcc3-92a5ebe36364>. Acesso em 19 jun. 2025.

MARQUES, L. M.; ALMEIDA, N. C. A sobrecarga tem gênero: impactos da pandemia de covid-19 na saúde mental de mães solo do município de União da Vitória/PR. *Rev. Estudos Vale do Iguaçu*, União da Vitória, v. 2, n. 40, p.62 – 78, 2023. Disponível em: <https://book.ugv.edu.br/index.php/REVI/article/view/955>. Acesso em: 22 jun. 2026.

NASCIMENTO, A. M. V. S.; MARTINS, D. M. B. M. Maternidades solo como vivência de risco na pandemia da covid-19: análises à luz do caso Mirtes-Miguel. *Práticas E Cuidado: Revista De Saúde Coletiva*, Salvador, v. 3, e14203, 2022. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/saudecoletiva/article/view/14203>. Acesso em: 22 jun. 2026.

SÁ, M. C.; MIRANDA, L.; MAGALHÃES, F. C. Pandemia Covid-19: catástrofe sanitária e psicossocial. *Caderno de Administração*, v. 28, Ed. Esp., p. 27-36, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/CADADM.V28I0.53596>. Acesso em: 22 jun. 2026.

SENADO FEDERAL. Mais de 70% das mulheres com filhos têm dificuldades de inserção no mercado de trabalho. *Senado Federal*, 21 jul. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/inclusao/2022/07/mais-de-70-das-mulheres-com-filhos-tem-dificuldades-de-insercao-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SILVA, J. M. S.; CARDOSO, V. C.; ABREU, K. E.; SILVA, Livia S. A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. *Revista Feminismos*, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 149-161, 2020. Disponível em: <https://revbaianaenferm.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42114>. Acesso em: 22 jun. 2026.

TRONTO, J. Assistência democráticas e democracias assistenciais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, 2007.

VALENTE, K. M. *Narrativas de vida de empreendedoras, comunicação e consumo: análise de palestras inspiracionais do evento Day1 Endeavor*. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação e Práticas de Consumo) – Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2018.

ZANELLO, V. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia. In: ZANELLO, V.; PORTO, M. (orgs.). *Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a psicologia*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. p.103-122.

ZANELLO, V. *Saúde mental, gênero e dispositivo: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2018.

ZANELLO, V. *Prateleira do amor: sobre mulheres, homens e relações*. Curitiba: Appris, 2022.

ZANELLO, V.; ANTIOGA, C.; PFEIFFER-FLORES, E.; RICHWIN, I. F. Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 30, n. 2, e86991, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n286991>. Acesso em: 22 jun. 2026.